

1 Introdução

Este trabalho visa à descrição dos usos do pronome clítico “lhe” na variedade formal escrita do português, à luz da teoria de valências, esposada nas obras *Gramática de Valências* (1986), de Winfried Busse e Mário Vilela, *Gramática de Valências: teoria e aplicação* (1992), de Vilela e *Gramática da Língua Portuguesa* (2001), de Vilela e Ingedore Villaça Koch. Intentamos levar a efeito um estudo cujo objetivo precípua é corroborar a hipótese da multifuncionalidade do “lhe” e determinar suas funções sintático-discursivas¹ – funções que não foram contempladas pelos estudos gramaticais tradicionais.

A pertinência da gramática de valências à nossa pesquisa repousa na assunção de que o verbo é, por excelência, o elemento central da frase, responsável, pois, por determinar sintática e semanticamente a estrutura dessa construção. Em outras palavras, o verbo é a unidade lingüística que não só determina o número de lugares vazios ou de argumentos, como também determina as propriedades semânticas e morfossintáticas que devem apresentar esses argumentos.

Com ser uma teoria que leva em conta a semântica, discriminando os níveis formal e significativo, não os confundindo na análise (prática trivial na tradição gramatical), a gramática de valências permite-nos sustentar a idéia de que se deve distinguir, na descrição lingüística, entre o plano formal e o plano semântico, para, posteriormente, associá-los, com vistas à realização de uma descrição que seja o mais clara e coerente possível.

É consabido, nesse tocante, que, na tradição gramatical, muitas funções sintáticas e classes gramaticais são definidas mediante noções semânticas; os aspectos formais raramente são considerados, ou, quando o são, não constituem aspectos fundamentais à descrição; ao contrário, parecem ser propriedades “acessórias”, mais facilmente observáveis quando da análise dos dados. Em suma, os aspectos formais parecem ter menos importância descritiva. Por exemplo, o “sujeito” é definido em Cunha & Cintra (2001: 124) como “o ser sobre o qual se faz uma declaração”; portanto, a definição apresentada pelos autores baseia-se

num aspecto semântico, que (sabemos bem) não recobre várias ocorrências do sujeito.

Perini (2004: 77), a seu turno, apresenta-nos uma definição de sujeito assentada no aspecto formal, a saber, o sujeito é “o termo da oração que está em relação de concordância com o NdP”². Sua definição pode ser parafraseada como “o sujeito é o termo da oração com o qual o verbo concorda”. Evidentemente, essa definição, embora dê conta de uma grande maioria de casos e, portanto, seja mais precisa e coerente que a definição tradicional, não abriga, por exemplo, certos casos em que se acha o verbo “ser”.

Escusando discussões irrelevantes, valemo-nos das definições supramencionadas, a fim de dar testemunho da necessidade de não definir fatos lingüísticos mediante noções semânticas, como também da necessidade de não assentar a análise apenas em aspectos formais; melhor será considerá-los separadamente e, depois, associá-los.

1. Preferimos a qualificação ‘sintático-discursivas’ a ‘sintático-semântica’, já que é mais geral e coerente com a proposição de cunho funcionalista. Da qualificação “sintático-discursivo” depreende-se a semântica, já que toda função que serve a propósitos discursivos tem, necessariamente, valor significativo. Ademais, as funções de que nos ocupamos têm singular valor discursivo; nossa análise, evidentemente, extrapola os limites da sintaxe e toma o discurso como básico.

2. Lê-se “núcleo do predicado”.

Ora, sabe-se que toda teoria lingüística, independentemente dos pressupostos e metodologia adotados, tem por objetivo descrever a relação entre o significante e o significado; impõe-se distinguir, pois, esses planos na análise. Enxertar indiscriminadamente a semântica na descrição é uma prática que deve ser evitada.

Na medida em que a gramática de valências reconhece o erro de considerar fatos semânticos sob um ponto de vista sintático e o erro de supor que os planos semântico e sintático são totalmente isomórficos (de fato, não o são), procura evitar a dissolução da semântica na descrição lingüística.

Outra vantagem dessa gramática é o tratamento mais cuidadoso dispensado a casos de valência nominal, ou seja, a casos em que as unidades responsáveis por determinar a estrutura valencial da frase é um substantivo ou um adjetivo. Sabe-se que a tradição reconhece que certos nomes apresentam “transitividade”³, mas não se nos oferece uma descrição satisfatória desses casos; deveras, não há, a rigor, uma tentativa de descrição, senão o arrolamento de um número relativamente grande e indefinido de nomes e as respectivas preposições por eles regidas.

Ademais, vale dizer que o conceito de *transitividade*, que, na tradição gramatical, está estritamente relacionado à noção de regência e que é de natureza puramente semântica, repousa na propriedade de o verbo exigir determinados constituintes que, dispondo-se-lhe à direita, servem para completar-lhe o sentido. Na gramática de valências, a noção de transitividade, que é reinterpretada sob o rótulo “valência”, é a propriedade que tem o verbo de prever um determinado número de lugares vazios que estão implicados no seu significado. Vê-se, aí, pois, uma noção mais lúcida. Além disso, note-se que as relações de dependência entre os constituintes frasais não se baseiam tão só no aspecto semântico (deduzido do conceito de transitividade que nos foi legado pela tradição), mas também no aspecto sintático. Conclui-se considerar a noção de valência uma noção semântico-sintática.

A explicitude do conceito de valência em face à noção de transitividade parece repousar na idéia de que há uma estrutura relacional latente no significado do verbo, que é atualizada na cadeia sintagmática. Essa estrutura é prevista pela semântica do verbo. O poder de explicitude da teoria acentua-se na postulação de formalizações como X dá Y a Z ou X entrega Y a Z. Essas formalizações concorrem para patentear o que se subentende na lição tradicional, a saber, a idéia

de que o significado do verbo é determinante da noção de transitividade. Há que ressaltar, contudo, que, não assentando na insuficiência semântica do verbo, a que se deve a manifestação de seus “complementos” (visão tradicional), a teoria de valências demonstra ser o significado do verbo o componente que seleciona os argumentos (e não que “precisa ser completado”). A consequência dessa concepção, que está, como dissemos, implícita na análise tradicional, é a assunção de que existem argumentos facultativos, ou seja, que, em determinados contextos, podem não ser atualizados na estrutura relacional (sem que despoje a frase de seu caráter informativo). Numa frase com o verbo “escrever”, que apresenta a estrutura relacional ‘X escreve Y a Z’, pode-se calar o argumento ‘Y’, por exemplo. Veja-se o giro abaixo:

(a) Pedro escreve todos os dias.

Ora, esse fato permite-nos dizer que a gramática de valências, embora postule a existência de uma estrutura de relação no significado do verbo, admite que essa estrutura não é “fixa”, “invariável”, senão variável, ou, melhor seria, “adaptável” à situação discursiva. Disso se segue que há uma estrutura pré-estabelecida que se pode manifestar de tal ou qual modo, quando do uso da língua. Está clara, pois, a concepção funcionalista, segundo a qual o uso exerce influência sobre a forma da língua. Vale lembrar que a obliteração ou não manifestação de um dos argumentos do verbo pode implicar, de acordo com o contexto, um novo matiz significativo. De fato, “Pedro escreve poemas” não veicula a “mesma” idéia veiculada por “Pedro escreve todos os dias”. No primeiro caso, manifesta-se, por força das necessidades discursivas, entre as quais se inclui a intenção comunicativa do enunciador, o constituinte que representa, semanticamente, o resultado da ação de “escrever”, a fim de se revelar o pendor de Pedro pelo gênero “poesia”; no segundo caso, quer-se dizer que Pedro tem por hábito compor textos, ou seja, que Pedro é um aspirante a escritor. Nesse último caso, a situação discursiva vem em socorro da correta interpretação da mensagem; ou seja, é o conhecimento partilhado entre os interlocutores que permitirá saber se Pedro se inclina mais à composição de “crônicas” ou de “poemas”.

Não se olvide de que a gramática de valências, ao contrário da análise tradicional, considera o sujeito como um argumento do verbo. Vale dizer que a tradição gramatical inclui entre os argumentos ou complementos do verbo certos constituintes que se dispõem à direita dele e que servem para completar-lhe o sentido; o sujeito, que se dispõem, via de regra, à esquerda, não se inclui entre os complementos dele. A vantagem da gramática de valências, nesse tocante, é clara: por um lado, reconhece o fato de certos verbos não admitirem sujeito, o que indica ser o sujeito um constituinte selecionado pelo verbo, tal como sucede com os “complementos” da análise tradicional; por outro lado, admitindo que o verbo determina semanticamente os seus argumentos, não ignora o fato de certos verbos selecionarem, para ocuparem a posição de sujeito, substantivos que apresentem determinados traços sêmicos e de rejeitarem outros (trata-se da vulgarmente chamada “restrições de seleção”). Por exemplo, uma frase como “O papel quebrou” não é aceitável pelos falantes do português, porque o verbo “quebrar” exige que ocupe a posição de sujeito um substantivo que designe um objeto rijo (portanto, que possa ser quebrado). Do ponto de vista analítico, poder-se-ia dizer que o verbo “quebrar” seleciona, para ocupar a posição de sujeito, um substantivo cujo traço sêmico seja [+ quebrável]; disso se deduz a rejeição de substantivos como “papel”, “toalha”, “almofada”, etc. Casos há em que o verbo não admite um argumento na posição de sujeito, como em “*A chuva chove muito hoje”. Evidentemente, quando usado no sentido figurado, o verbo “chover” admite sujeito, como em “Chovem notas de cem reais sobre a cidade”.

3. Trataremos do conceito de transitividade no lugar adequado.

Dentre os trabalhos que fomentam nossa pesquisa, destaquem-se também a obra *Gramática Funcional* (2004), de Maria Helena de Moura Neves e a obra *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos* (2005), organizada por Fernanda Mussalim e Anna Christina Bentes. Desses trabalhos colhemos importantes contribuições sobre a teoria funcionalista, em que assenta nosso trabalho. Não menos relevantes são as gramáticas tradicionais de Evanildo Bechara (2002), de Rocha Lima (2001) e de Celso Cunha & Lindley Cintra (2001).

Os trabalhos de José Carlos de Azeredo, intitulados de *Iniciação à Sintaxe do Português* (2003) e de *Fundamentos de Gramática do Português* (2004), representam, em face às gramáticas tradicionais supramencionadas, um considerável avanço teórico, visto que, neles, o autor não só assinala, com perspicácia, pontos incoerentes da sintaxe tradicional (e da teoria gramatical, de um modo geral), como também propõe novos enfoques, decerto mais elucidativos. Nesses trabalhos, aproveitaram-nos, para efeito de descrição, suas considerações sobre a noção de transitividade e sobre o conceito de objeto indireto.

Também se inclui na bibliografia deste trabalho a *Gramática Descritiva do Português* (2004), de Mário Perini. Ainda que o autor se tenha proposto a descrever os fatos lingüísticos do ponto de vista estritamente formal, relegando a semântica a segundo plano (melhor seria, prescindindo da semântica), o que lhe acarretou o abandono de questões ao abrigo de pesquisas futuras, sua concepção sobre descrição lingüística e sobre a relação entre os planos semântico e sintático na análise fundamentam nossa proposição. Ademais, Perini faz importantes considerações acerca do conceito de transitividade e de regência, as quais são esposadas em nosso trabalho. Ao contrário do que fez Perini, em nossa análise, que não se pretende puramente formal (nem poderia sê-lo), procuramos harmonizar os aspectos sintáticos e os aspectos semânticos, cuidando ser necessária a devida separação entre eles.

Não nos podemos olvidar de mencionar os trabalhos de Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva e de Maria de Fátima Duarte Henrique dos Santos, que constituem duas dissertações de mestrado e que se intitulam, respectivamente, de *Complementos verbais regidos de A e transformáveis em LHE* (1974, PUC-Rio) e de *Tradição e Funcionalidade na análise de verbos de medida: um estudo de aspectos sintático-semânticos* (2002, PUC-Rio). No primeiro desses trabalhos, é-

nos vantajoso o tratamento dispensado à cliticização em “lhe”; no segundo trabalho, importam-nos as considerações sobre a teoria funcionalista, a teoria de valência e o conceito de transitividade.

Finalmente, cite-se a obra clássica *Sintaxis Histórica de la Lengua Latina*, de M. Bassols de Climent (1945), na qual o autor trata da função dativa na sintaxe latina. Essa obra é assaz relevante à nossa análise, na medida em que dá testemunho histórico da função dativa e apresenta-nos um tratamento pormenorizado da questão.

No que toca à motivação de nosso trabalho, durante as aulas de gramática na escola, o professor esforçava-se por ensinar a lição trivial, segundo a qual o pronome clítico “lhe” cumpre (sempre) a função sintática de objeto indireto. Os exemplos que se nos apresentavam eram quase todos “estereotipados”, isto é, constituíam frases “prontas para análise”.

Em sua obra *Gramática de Usos do Português* (2003), Maria Helena de Moura Neves apresenta uma classificação semântica dos verbos em cuja estrutura relacional figura o objeto indireto. O objeto indireto, que, semanticamente, representa o destinatário ou beneficiário da ação verbal, entra a fazer parte de predicados⁴ dos quais se deduzem as idéias de “elocução”, “comunicação oral ou escrita”, “solicitação/ requerimento”, “instrução”, “indagação/resposta”, “venda/transferência/negociação”, “doação / oferecimento, oferta”. Os exemplos típicos são, respectivamente, “falar”, “dirigir”; “dizer”, “contar”, “escrever”; “pedir”, “solicitar”, “requerer”; “ensinar”, “explicar”; “indagar”, “perguntar”, “responder”; “vender”, “transferir”, “comprar”; “dar”, “doar”, “conceder”, etc. Evidentemente, há outros verbos triviais, em cujo predicado se inclui, tradicionalmente, o objeto indireto, tais como “custar”, “competir” e “obedecer”, entre outros.

4. “Predicado”, aqui, é tomado na acepção tradicional, a saber, designa a parte da oração que encerra o verbo e seus complementos e eventuais adjuntos.

Em vista do exposto, habituamo-nos a classificar sintaticamente o pronome “lhe” na frase abaixo como objeto indireto:

(b) Pedro disse ao seu pai toda a verdade.

Pedro lhe disse toda a verdade.

O problema dessa prática tradicional repousa no fato de o rótulo “objeto indireto” estender-se a qualquer ocorrência do pronome “lhe”, quer se refira ele a uma estrutura ‘a/para__SN’, que não é selecionada pela valência do verbo (como veremos), quer a uma estrutura encetada de uma preposição diferente de “a” e de “para”, tal como em ‘em__SN’. Vejam-se os exemplos que seguem:

(c) Meu avô construiu um balanço para meu irmão.

Meu avô lhe construiu um balanço.

(d) Júnior bateu em Pedro.

Júnior lhe bateu.

Ora, o constituinte “para meu irmão”, além de ser encetado pela preposição “para” (no português brasileiro, a alternância com “a” parece ter baixa aceitação), figura na frase por exigência do complexo verbal (que encerra o verbo e os seus argumentos). Em outras palavras, esse constituinte não é previsto pela valência do verbo “construir” (X constrói Y); sua atualização na estrutura sintática é motivada por necessidades discursivas. Por outro lado, embora “em Pedro” seja selecionado pelo verbo “bater”, tal constituinte é introduzido pela preposição “em” e representa o ser que é afetado pela ação verbal. Vale lembrar que a tradição gramatical sugere haver uma relação entre estruturas em “a” e pronome “lhe”, isto é, o “lhe” cliticiza estruturas nominais que se constroem com a preposição “a” (às vezes “para”) e que funcionam como argumento de um verbo transitivo indireto, ou de certos nomes transitivos (aspecto formal). Ademais, o constituinte encetado por “a” a que se atribui o nome de “objeto indireto” cumpre o papel temático de “destinatário” ou “beneficiário”. Entendemos por papéis temáticos “os papéis desempenhados por todo argumento de um predicado [verbo] e atribuídos a esses argumentos pelo próprio predicado que os seleciona”. (Fiorin, 2003:100).

Levando-se em conta que alguns autores distinguem entre complementos introduzidos por “a”, cliticizáveis em “lhe”, a que chamam “objeto indireto”, e complementos encetados não só por “a”, mas também por outras preposições, os quais não são cliticizáveis em “lhe”, mas podem ser substituídos pelas formas tônicas “(a)ele”, “(a)ela”, “(a)isso” etc., não nos parece coerente entender o “lhe” em (d) como objeto indireto. Essa visão é esposada por Rocha Lima (1976; 2001). O autor distingue entre “objeto indireto” e “complemento relativo”, função sintático-semântica que completa o sentido de um verbo transitivo relativo, por intermédio de uma preposição obrigatória (“a”, “de”, “em”, etc.). Essa função não é desempenhada pelo “lhe”, senão por formas como “(a)ele”, “(a)ela”, “(a)isso”, anteriormente mencionadas. Lembremos que, de acordo com certos autores, o rótulo “objeto indireto” recobre todo complemento preposicionado de um verbo transitivo indireto. Celso Cunha (2001: 143) é um representante desse ponto de vista. Destinamos uma seção para tratar do conceito de objeto indireto; por isso cingimo-nos a essa breve consideração.

Entendemos que, uma vez cunhada a nomenclatura “objeto indireto”, para dar conta da função dativa na sintaxe portuguesa, estendeu-se esse rótulo aos demais casos de dativo. A função dativa se reveste de sub-variedades e sua manifestação na língua portuguesa não foi contemplada pela tradição gramatical.

Dentre as três principais gramáticas tradicionais de nossa literatura, apenas a *Moderna Gramática Portuguesa* (2002), do professor Evanildo Bechara, faz referência à questão dos dativos. Nesse trabalho, o autor reserva uma pequena seção na qual define os chamados “dativos livres”, a saber, constituintes sintáticos que, remanescentes da sintaxe latina, apresentam-se com notável valor discursivo, embora, como se depreende da nomenclatura, não sejam selecionados pelo verbo. Ora, o fato de haver uma seção para tentar dar conta dos dativos indica que esses constituintes, embora se relacionem etimologicamente com a função a que se atribui o nome de objeto indireto (afinal, o objeto indireto é um dativo), se comportam de modo diferente e, portanto, não se incluem na classe dos tradicionalmente chamados “objetos indiretos”.

Acrescente-se que a tradição, na medida em que considera o objeto indireto um complemento do verbo, isto é, um constituinte cuja função é completar o sentido do verbo, não deveria considerar o “lhe” em (c) como um objeto indireto, já que ele figura no lugar de uma estrutura (‘para__SN’) que não é exigida pelo

verbo. Note-se que a estrutura relacional do verbo “construir” prevê apenas dois lugares: X constrói Y. A entidade que representa o “beneficiário” não é prevista pela valência desse verbo. Em outro lugar, dispensaremos um tratamento acurado a esses casos e elucidaremos melhor nosso ponto de vista; por ora, bastam-nos essas palavras.

1.2 METODOLOGIA

Como é um trabalho de base funcionalista, pretendemos empreender uma análise que tome a semântica como componente-base. Para tanto, tentando evitar a confusão entre o plano semântico e o plano sintático, distinguimos os aspectos semânticos e os aspectos sintáticos. A análise, portanto, tem como objetivo principal associar esses dois planos. Acreditamos que, assim, podemos dar conta de modo mais preciso dos usos do pronome “lhe”.

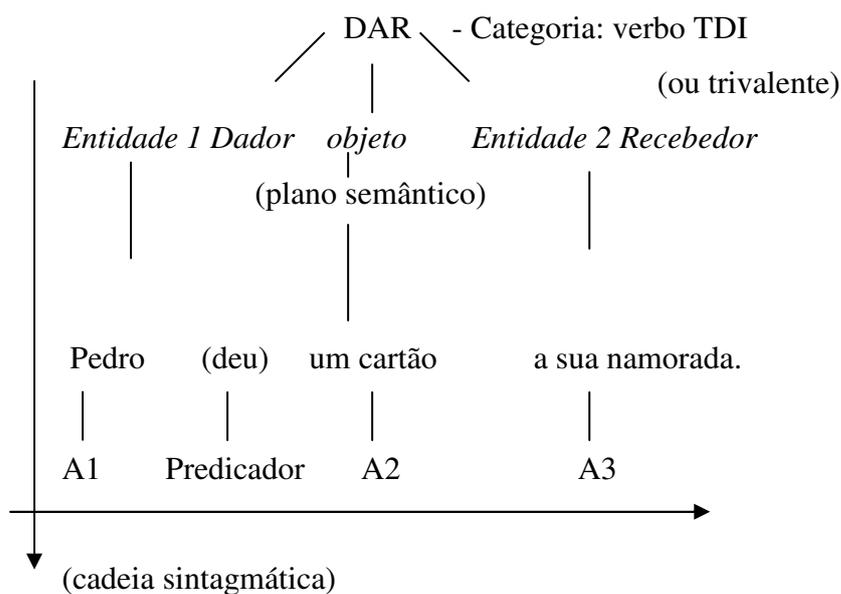
Nossa análise estriba-se no princípio de que a língua funciona paradigmática e sintaticamente. O falante que usa um verbo como “dar” para construir seus enunciados sabe (“inconscientemente”) que esse verbo determina uma estrutura relacional, que pode ser formalizada como ‘X dá Y a Z’. Essa estrutura representa sintaticamente um estado-de-coisas⁵, o qual constitui um “mundo” codificado na/pela língua. Nesse mundo, uma entidade X dá uma coisa Y a uma entidade Z. Essa concepção está relacionada à função ideacional, de Halliday (1970. *apud.* Neves, 2004: 12), pela qual “o falante e o ouvinte incorporam na língua sua experiência dos fenômenos do mundo real (...)” (Neves, 2004: 12).

Note-se que aquela estrutura relacional está disponível ao falante quando da seleção desse verbo. No entanto, não queremos dizer que ela seja “fixa”, “inalterável”, senão “adaptável” à situação discursiva. Isso explica o fato de podermos calar um dos argumentos, de acordo com as necessidades discursivas.

Advogamos que há uma estrutura relacional pré-estabelecida no significado do verbo. A escolha de um verbo como “dar” implica a determinação de uma estrutura relacional do tipo ‘X dá Y a Z’. Muitas vezes, pode-se calar o argumento Z, ou Y. O uso, portanto, influencia a forma dos enunciados; mas, ao escolhermos um determinado verbo, não escolhemos apenas uma unidade léxica, mas um

complexo sintático-semântico-categorial; portanto um conjunto de propriedades codificado nesse lexema. O verbo “dar”, portanto, encerra um componente semântico, um componente sintático e um componente categorial. A título de ilustração, tomemos a seguinte frase:

(e) Pedro deu um cartão a sua namorada.



5. “Um estado-de-coisas é concebido como algo que pode ocorrer em algum mundo (real ou mental) (...) Sendo algo que pode ocorrer em um determinado mundo, um estado-de-coisas está sujeito a determinadas operações, isto é, pode ser: localizado no espaço e no tempo; ter uma certa duração; ser visto, ouvido, ou, de algum modo, percebido”. (Neves, 2004: 84)

Escusando-nos da simplicidade de nosso gráfico, intentamos demonstrar a separação e a associação dos planos semântico e sintático. Veja-se que, a seleção do verbo “dar” implica o reconhecimento de uma estrutura semântica que caracteriza o estado-de-coisas. Este constitui o primeiro nível. Essa estrutura semântica é atualizada numa construção, a qual se caracteriza por apresentar uma estrutura sintática. A construção, a seu turno, constitui o segundo nível. No terceiro nível, especifica-se a análise da estrutura sintática, a fim de compreender a interdependência entre os constituintes de que se compõe a frase.

De acordo com o ponto de vista esposado aqui, pretende-se patentear certos aspectos da natureza da linguagem: em primeiro lugar, a linguagem é um veículo de significação; do ponto de vista psicológico, há em nossa mente/cérebro estruturas significativas cujo acesso só é possível mediante a linguagem. Em segundo lugar, conquanto o falante tenha um conhecimento (intuitivo) da sua língua, conhecimento graças ao qual ele pode não só construir sentenças em sua língua (conhecimento operacional), como também pode avaliar o grau de gramaticalidade dessas sentenças, ele não tem consciência do funcionamento do mecanismo gramatical de sua língua, ou seja, ele é incapaz de explicar as regras pelas quais constrói suas sentenças. Ora, o segundo nível de nossa análise, é o único acessível ao falante e constitui o nível das construções sintáticas, das frases de que se vale para efeito de comunicação. Finalmente, importa reconhecer a explicitação de um dos componentes de regras de que se vale o falante para a construção de suas frases: o componente sintático. No terceiro nível, procuramos tornar patente a relação de dependência entre os constituintes sintáticos.

Cabe ressaltar que a associação entre os planos semântico e sintático não implica o entender que eles sejam isomórficos. Não rareiam casos em que há um descompasso entre o papel temático desempenhado por uma estrutura nominal e o uso do “lhe”. Ou seja, ensina-se que o “lhe”, enquanto forma típica da função de objeto indireto, refere-se a uma entidade [+ animado/ humano], que desempenha o papel temático de “destinatário” ou “beneficiário”; casos há, porém, em que o pronome se refere a entidades [-animado], como também a uma estrutura nominal cujo núcleo é um substantivo que representa uma entidade afetada pela ação verbal. Veja-se que a tradição gramatical, embora estenda o rótulo “objeto indireto” a vários usos do “lhe”, descurou de uma descrição mais precisa dos aspectos semânticos dos constituintes sintáticos cliticizáveis em “lhe”. Ora, se

numa frase como “custou-lhe fazer a prova”, o “lhe” é um objeto indireto, então devemos reconhecer que o objeto indireto não representa só a entidade a que se destina a ação verbal. Escusando-se o fato de “custar” sequer veicular idéia de “ação”, a verdade é que o “lhe” refere-se a uma constituinte que não desempenha o papel temático de “destinatário”; representa, ao contrário, a entidade em que se manifesta a situação⁶ descrita pelo verbo “custar”.

Portanto, ao dizermos que pretendemos associar na análise os planos semântico e sintático, não ignoramos o fato de que nem sempre há isomorfia entre eles. Visamos a uma análise que, não incorrendo no erro de tratar fatos sintáticos sob um ponto de vista estritamente semântico, procura integrar sintaxe e semântica numa teoria que encara a língua como um meio de interação social.

A assunção de que há uma estrutura relacional implicada no significado do verbo e que está disponível ao falante quando da escolha de um determinado verbo implica a noção de *previsibilidade valencial*, que constitui uma noção fundamental à nossa análise. De acordo com essa noção, o significado do verbo encerra uma estrutura relacional que, embora possa ser “adaptável” ao contexto, codifica um estado-de-coisas “acabado”, suficiente para a comunicação do pensamento. Isso não quer dizer que essa estrutura não possa ser ampliada mediante o emprego de expressões adjuntas. Por exemplo, a escolha do verbo “construir” implica a determinação da seguinte estrutura relacional: X constrói Y. (cf. Meu avô construiu um balanço). O uso de uma expressão como “para meu irmão” não é previsto pela estrutura relacional ou valencial do verbo “construir”. Portanto, “para meu irmão” não é um argumento do verbo “construir”. O estado-de-coisas instituído aí é o seguinte: uma entidade “avô” constrói uma coisa chamada “balanço”. Esse estado-de-coisas pode ser modificado mediante a inclusão de expressões circunstanciais, tais como “hoje”, “no domingo”, “às cinco horas da tarde”, etc. Da mesma sorte, numa frase como “Minha mãe fez um bolo de chocolate”, pode-se ampliar a estrutura ‘X faz Y’ para ‘X faz Y (para Z)’, do que resulta a frase “Minha mãe fez um bolo de chocolate para mim”; todavia, o constituinte “para mim” não é previsto pela estrutura relacional do verbo “fazer”.

É claro que a estrutura valencial varia de acordo com a acepção do verbo. O verbo “fazer”, quando empregado com o sentido de “causar algo (mau)”, apresenta em sua estrutura relacional um argumento introduzido por “a”: X faz Y a Z (cf. Pedro fez mal a um amigo). O constituinte ‘a__SN’, nesse caso, é previsto

pela estrutura relacional do verbo “fazer”. Vale aí investigar a natureza da construção “fazer mal a Z (e da construção análoga “fazer bem a Z”), ou seja, é possível considerá-la intermediária entre as expressões cristalizadas e as construções com verbo suporte⁷, já que, com relativo esvaziamento semântico, o verbo “fazer” forma com o advérbio “mal” um conjunto de significado unitário, que corresponde a um verbo simples, como “prejudicar”. Preferimos adiar a questão para o capítulo seis, no qual nos ocupamos com a discussão dos casos de verbo-suporte e construções cristalizadas. Não obstante, há que notar o alto grau de aderência entre “fazer” e o advérbio, o que nos leva a admitir formarem ambos uma unidade de algum tipo. Incluí-la entre os casos de verbo suporte requer um exame cuidadoso, já que, em Neves (2000: 54), a definição de verbo-suporte não prevê casos como esse. Intentando evitar comodismos descritivos, vamos dizer que o constituinte “a__SN” serve de complemento ao conjunto “fazer mal”.

Finalmente, vale dizer que, sendo o conceito de “estado-de-coisas” essencialmente semântico, a estrutura relacional, a seu turno, caracteriza-se por ser um conceito de cunho formal. É a estrutura relacional que formaliza o estado-de-coisas instituído pelo verbo.

6. Intentando evitar o uso indiscriminado do conceito de ação e não encontrando uma alternativa adequada, lançamos mão do termo “situação”, consoante definido em Travaglia (1985: 51). Para o autor, *situação* é “(...) um termo geral para processos, estados, fenômenos, eventos, fatos, etc.”

7. Veja-se, à página 92, a definição de “verbo suporte”.